

# Luiz Gama: o percurso do homem das leis é o da luta pela libertação

» ALFREDO ATTÍE

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) e presidente da Academia Paulista de Direito (APD)

Neste momento de luta antirracista, brilha na memória Luiz Gama, advogado, escritor, jornalista, jurista, abolicionista, educador, que ensinou liberdade ao Brasil do preconceito, da violência e da desigualdade. Nesse Brasil não havia condições para afirmar — item obrigatório da lei civil — que toda pessoa seria capaz de possuir direitos e deveres. Pessoa é um termo chave para o direito, núcleo em torno do qual gravitam os direitos e as relações que autorizam cuidar da sociedade em benefício de todos, e não apenas de uma parcela. Refere-se a ideias de inclusão e participação estendidas a todos, e não apenas a privilegiados. É um conceito que serve, sobretudo, aos que sonham participar e desejam ajudar a moldar o espaço e o tempo comuns, ter voz e ação na sociedade e na política. Nesse sentido, corajosamente, Luiz Gama nos lembra que todos partimos dessa condição ilegítima de dominação para nos tornarmos pessoas, ao nos asseinhorearmos de nós mesmos e de nosso destino.

Foi extraordinário o percurso do baiano Luiz Gama (1830-1882), em suas várias travessias pela vida brasileira no século 19. Criança ávida por aprender e compreender o mundo, guardado por uma mãe amorosa e inspiradora, da qual foi separado quando tinha 10 anos, tornou-se escravo pelo ato covarde do pai europeu, que o via como coisa e não como pessoa, e, por isso, o vendeu para pagar dívida de jogo. Ninguém deve ter o destino imposto pelos outros. A escravidão, como a opressão, a exploração, a dominação são o resultado da exclusão, e não atos de nascimento. Aos 17 anos, Luiz Gama vai aprender a ler, pelo ato de reconhecimento de igualdade do estudante de direito. É o primeiro passo da redenção pessoal. Diante da mata que esconde os perigos da emboscada e da negação da busca de si e da defesa dos outros, Luiz se torna livre, virando as costas para a suposta comodidade da servidão que a ideologia do senhor apresenta como único destino: a bondade que queima livros e nega o caminho da autonomia do pensar e agir.

O Brasil não teve Código Civil no Império por causa da escravidão. Diferentemente dos Estados Unidos, que ousaram declarar no momento de formação que toda pessoa nasceria livre — muito embora somente viessem a reconhecer essa condição no curso do século 20, muitos anos após a abolição da escravidão, no momento da afirmação, exatamente, dos direitos civis —, o Brasil não quis expor essa contradição em suas leis. Nos dois países, porém, a extensão e a realidade da condição de pessoa ainda constituem um desafio.

A afrobrasilidade — que forjou e enriqueceu, em meio a conflito e opressão, nossa cultura, vida, ciência e, com o doutor Luiz Gama, nosso direito — teve valorização modesta, numa sociedade que a sufocou e a excluiu. Em geral, as personagens negras são esbranquiçadas pela História. Eu sempre dou o exemplo daquela representação do escritor Machado de Assis como uma pessoa loira de olhos claros numa série, interpretado



MAURE

pelo ator Jardel Filho, que era uma pessoa branca e com traços europeus. Outro exemplo é o do poeta Castro Alves, interpretado pelo ator Tony Ramos, que não tem o biótipo semelhante.

Luiz Gama, patrono da abolição da escravidão no Brasil, transformou-se no centro do qual irradia não apenas a liberdade, mas a sua aprendizagem difícil, na procura cheia de obstáculos da expressão do que somos e do que nos podemos tornar.

O percurso do homem das leis é o da luta pela libertação, luta que se faz, paradoxalmente, contra as próprias leis, que são instrumentos da negação da liberdade. A outra justiça, que o doutor Luiz Gama propõe, é julgar a Justiça

que vemos, demonstrando como é injusta. Sugere construirmos juntos outra noção de justiça — que enxergamos com o olhar da imaginação, numa sociedade igual — que deixe de ser diferente, conformada com seus próprios erros, que geram o sofrimento da maioria. Luiz Gama aprendeu um novo Direito, que o Doutor Gama ensina. Como advogado, trabalho para libertar muitos escravizados. Foi reconhecido como advogado somente 133 anos depois de sua morte.

Abolir os resquícios de escravidão ainda presentes em nossa sociedade depende de todos e de cada um, e não de um ato arbitrário, pretensamente benévolo. Vidas negras importam, gritam Luízes e Luízas Gama, nas praças e nos tribunais.

## Goleiro Bruno segue driblando a Justiça

» JULIANA BRIZOLA

Deputada estadual, líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Estado do RS (ALERS), graduada em Direito e Mestre em Ciências Criminais

Tornou-se senso comum escutar que, no Brasil, “a única coisa que dá cadeia é homem que não paga pensão alimentícia”. Entretanto, a situação econômica e o status social determinam se o pai que está devendo pensão ao filho/a vai de fato ser preso. Há muitos casos em que os homens recebem salários mínimos, ou estão desempregados, e foram presos por não cumprir o dever de pagar pensão.

No caso do ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes de Souza, os fatos causam indignação e uma pergunta sem resposta: por que ele não é punido judicialmente por nunca ter pago pensão alimentícia ao filho, desde 2012, quando foi publicada a decisão pela justiça? Por que Bruno está solto? Ele afirma que não é o pai do filho de Eliza Samudio, 25, assassinada, em 2010, quando foi cobrar de Bruno o pagamento de pensão alimentícia.

Bruno Souza Samudio foi reconhecido como filho do goleiro em 2012, por paternidade presumida, após Bruno se negar a fazer exame de DNA em 2010. De acordo com a legislação brasileira, essa recusa em fazer o exame tem o mesmo valor que uma confissão de paternidade. A justiça determinou o pagamento de pensão alimentícia, fixando em 17,5% dos seus rendimentos como goleiro. Bruno recorreu, perdeu, e continua sem pagar a dívida de cerca de R\$ 3 milhões. Até hoje ele não depositou nem um centavo.

Em 2013, o jogador foi condenado a 22 anos e três meses pelos crimes de homicídio

triplamente qualificado, sequestro e ocultação do corpo de Eliza. Em 2019, depois de cumprir 8 anos e 10 meses de prisão, Bruno conseguiu um habeas corpus e está cumprindo pena em regime semiaberto domiciliar. Desde que saiu da prisão, ele retomou sua carreira e já trabalhou em três clubes de futebol. Ele mora em Cabo Frio (RJ), onde vive com a esposa e uma filha.

Além de mãe, o fato de eu ser graduada em Direito e mestra em ciências criminais aumenta minha indignação diante desse caso. Não me conformo em ver que Bruno teve o direito de reconstruir a sua vida, enquanto o filho Bruninho carrega uma história de vida muito pesada. Como é que fica o sofrimento desse menino, um pré-adolescente? A carga psicológica sobre ele é assustadora, pois sente que é culpado pela morte da mãe. A avó, que ficou com a guarda, é que paga a terapia do neto, sendo que o Estado é que deveria pagar. Ela solicitou o auxílio reclusão que os filhos de presos têm direito e também foi negado. Todos os direitos do Bruninho foram violados. Agora, ele manifestou o desejo de mudar seu nome.

É como se os familiares de Eliza fossem punidos por parte do judiciário brasileiro. Não tiveram sequer o direito de velar o corpo de Eliza, que nunca foi encontrado. E ainda têm que lidar com a falta de resposta do judiciário, que liberou o goleiro para voltar a jogar, mesmo não pagando a devida pensão.

A mãe de Eliza vive em Mato Grosso do Sul com grandes dificuldades, e sempre dependeu de

doações e “vaquinhas” para manter o neto. Hoje com 11 anos, ele ganhou uma bolsa de estudos porque tem excelentes notas na escola. Já Bruno está solto, cria conta nas redes sociais, onde compartilha sua rotina com muitos seguidores, trabalha como garoto propaganda de canil, publica fotos com pitbull e compra carro de R\$ 80 mil.

Como se essa injustiça não bastasse, em Manaus (AM), um funcionário do bar “Porão do Alemão” compartilhou nas redes uma foto de um cliente “fantasiado” com a camisa do Flamengo com o nome “Bruno” e segurando um saco de lixo onde estava escrito “Eliza”. A imagem é de uma violência macabra, pois faz referência a uma das versões dadas de que o corpo dela teria sido esquartejado e colocado em um saco de lixo. No Artigo 287 do Código Penal está previsto que “fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime, a pena é de detenção, de três a seis meses, ou multa”. A mensagem transmitida é que não basta assassinar e desaparecer com o corpo de uma mulher, tem que depreciar a imagem da vítima, jogá-la na vala comum do deboche.

Esse caso não diz respeito somente às mulheres, mas também aos homens, e ao tipo de sociedade no qual queremos viver. Recompensar Bruno é um tapa na cara de todos os brasileiros. Não conceder nem um direito ao filho é naturalizar o feminicídio. As recompensas concedidas a Bruno demonstram que nem ele, nem a sociedade, refletiram sobre o crime bárbaro cometido.

## Lições dos Emirados: o impossível possível

» ALAN FERNANDES

Empresário e presidente da O67 Vinhos, participante da delegação brasileira nos Emirados Árabes a convite da Câmara de Comércio Árabe Brasileira

Se eu estivesse aqui apenas como turista seria uma experiência e tanto. Quem olha para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, jamais poderia imaginar as extraordinárias transformações pelas quais passou essa metrópole em poucas décadas. Onde antes havia deserto, atualmente existe uma próspera cidade que atrai os olhares do mundo. Largas avenidas, novos shoppings e prédios modernos surgiram, incluindo o Burj Khalifa, a construção mais alta do mundo atualmente. Um espigão com nada menos do que 828 metros de altura e 163 andares, superando de longe o segundo maior arranha-céu do mundo, o Shanghai Tower, em Shanghai (632m).

Mas a vinda ao Médio Oriente tem uma motivação comercial, pois, como o primeiro exportador brasileiro de vinhos para os Emirados, fui convidado para integrar um grupo de empresários que fazem um tour comercial pelo Golfo Pérsico. E, ao desembarcar em Dubai, uma das sete cidades que compõem os Emirados Árabes Unidos, percebi que por ali circulavam pessoas de todas as nacionalidades, fazendo desta cidade uma representante efervescente do processo de globalização. A visita que fizemos, inclusive, convergiu com a missão oficial que o governo federal fez ao país, ou seja, o Brasil está despertando cada vez mais para as potencialidades do Golfo Pérsico, e que bom que acordou para isso.

Em apenas duas décadas, a população da cidade de Dubai, por exemplo, praticamente triplicou e os rendimentos médios aumentaram, sendo comparáveis aos de boa parte do mundo desenvolvido. O que era um verdadeiro mar de areia na entrada do Golfo, há pouco mais de quarenta anos, agora, é um grande centro cosmopolita em plena expansão. O aeroporto de Dubai é hoje um dos mais movimentados do mundo em termos de tráfego. Suas ruas, escritórios e shoppings estão repletos de pessoas.

Mas, afinal, qual é o segredo de Dubai? Não são os recursos naturais, decerto. Ao contrário da maioria de seus vizinhos, eles têm menos petróleo, gás ou outros minerais. Terras agrícolas praticamente inexistem. E ainda assim eles prosperam muito mais que os vizinhos abarrotados de petróleo. Por quê? Porque têm o ingrediente-chave para a prosperidade em todas as culturas, continentes e épocas. A economia de Dubai floresceu, porque está voltada para a facilitação dos negócios, com baixos impostos e poucas regulações econômicas. E também porque lá impera o Estado de direito e instituições voltadas ao aprimoramento da confiança mútua.

Os governantes dos Emirados ajustam o foco no planejamento de funções, no sentido de integrar os setores público e privado, escolas públicas e particulares, os institutos e as universidades. A imagem é de um laboratório de gestão. Em cada empreendimento se vê a preocupação com a qualidade, o detalhe, a lógica e a funcionalidade.

Investiu-se pesadamente em infraestrutura. Rodovias bem conservadas, excelente transporte público e conectividade, incluindo o Dubai Metro, com tecnologia de ponta, são apenas alguns dos serviços. A cidade também tem modernas instalações médicas e serviços de emergência hospitalar. O turismo é outra importante alavanca, apoiada na excelência da rede hoteleira.

São mais de 670 hotéis, totalizando cerca de 100 mil quartos. Espaços para eventos presentes dentro dos hotéis complementam a oferta, proporcionando serviços completos, seja para eventos sociais ou de negócios. O Centro de Convenções e Exposições de Dubai (DICE) conta com mais de 10 mil m<sup>2</sup> de espaço para exposição e reuniões e está localizado a apenas 10 minutos de carro ou a um trajeto da linha do Metrô Red para o aeroporto.

Em 2019, quase 17 milhões de estrangeiros escolheram Dubai como destino final, seja para lazer, seja para negócios ou eventos. Lição mais que pertinente para o Brasil, que possui 8 mil km de costa e belezas naturais incomparáveis, mas que patina no setor turístico por uma série de fatores do passado que nos colocam literalmente no Velho Oeste, com direito a experiências de trocas de tiros entre policiais e bandidos, dependendo da má sorte do turista em alguma cidade.

E ainda há quem tente usar o argumento de que daquele tórrido deserto se extraem 3 milhões de barris de petróleo e, com essa riqueza (a sexta maior reserva do mundo), qualquer país seria capaz de transformar o deserto em ouro. Mas, como vimos, nada disso. Reforço, o Emirado de Dubai quase não tem petróleo. Mas, em contraponto, ele é um efervescente centro de serviços, a exibir uma arquitetura futurista, cujos traços indicam a opulência em encontro com o arrojo e a beleza. O resultado é uma apreciada coleção de monumentos e projetos qualificados por superlativos: o mais alto, o mais extenso, o mais exótico, a arquitetura mais criativa, a melhor experiência gastronômica, e por aí vai.

Tanto em Dubai, a primeira cidade, quanto na capital dos Emirados, Abu Dhabi, que é o maior Estado (86,7% da área), transparecem sinais de um progresso que se instala, a passos avançados, não apenas pela pujança financeira decorrente de recursos do petróleo, mas pela visão apurada e competente de seus líderes.

O impossível é possível. Essa frase pôde ser vista por todos os cantos por onde passamos em Dubai e também nas cidades do entorno. A prova viva de que uma ideia visionária pode transformar areia em desenvolvimento. Se lá, uma terra de poucos recursos, conseguiram essa façanha, imaginem o que seria possível em nosso país.